

# **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

REQUERIMENTO N.º \_\_\_\_\_, DE 2019

**(Do Senhor Chico D'Angelo)**

Requer a realização de audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família para discutir o atual quadro das crianças infectadas pela Síndrome Congênita do Zika Vírus.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III e 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para discutir o atual quadro das crianças infectadas pela Síndrome Congênita do Zika Vírus, bem como a situação do atendimento legal no SUS, assistência social, habitacional e educacional a essas famílias.

Para a audiência pública requeiro que sejam convidados:

- 1 – Representante do Ministério da Saúde
- 2 – Instituto de Bioética (ANIS) – Débora Diniz - Brasília
- 3 – Representante da Fundação Oswaldo Cruz
- 4 – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) – Profª Edicléa M. Fernandes
- 5 – Movimento de Famílias da Síndrome Congênita e Zika – RJ – Wallace Cruz

## **JUSTIFICATIVA**

Em junho de 2019, o Brasil permanece sendo o país mais afetado por esta crise global. A população em maior risco para a epidemia são mulheres, pretas e pardas da região Nordeste – a região geográfica com menor IDH do país -, que tem sido obrigadas a conviver com o *Aedes aegypti*, o principal vetor do

vírus zika, devido a falhas no controle de vetores, no saneamento básico e no acesso à água tratada. Apesar de haver desaparecido dos noticiários e não ser mais considerada uma emergência de saúde pública, em 2018, 1.657 recém-nascidos foram notificados como possíveis casos de afetados pela síndrome congênita.

O vírus ainda circula pelo país e seus efeitos são sentidos pelas mesmas mulheres e famílias já vulneráveis. Segundo dados registrados até dia 02 de janeiro de 2019 pelo Ministério da Saúde, referentes ao último boletim epidemiológico divulgado, 3.332 recém-nascidos tiveram o diagnóstico confirmado para “alterações no crescimento e desenvolvimento possivelmente relacionadas à infecção pelo vírus Zika e outras etiologias infecciosas”, e 643 tiveram diagnóstico provável. É importante ressaltar que a confirmação de diagnóstico nem sempre significará o acesso aos serviços de saúde necessários. Esse fenômeno se deve a múltiplos fatores, dos quais merece destaque a dificuldade de acesso das famílias aos centros de reabilitação que oferecem os serviços. Essa audiência pública é importante para trazer visibilidade na luta pela garantia de direitos violados pela epidemia do vírus zika no Brasil.

Sala das Comissões, em 05 de junho de 2019.

**Chico D'Angelo**  
Deputado Federal – PDT/RJ